

Procedimentos de Doações de Bens Adquiridos por Emenda Parlamentar

Fluxo completo, do Acordo de Cooperação Técnica à baixa patrimonial

Processo SEI nº 59400.003051/2025-90

Visão geral do fluxo

Dois blocos de atuação, na sequência em que o processo acontece

1 · Coordenadorias Estaduais

- 1 Elaboração dos ACTs
- 2 Entrega dos bens às instituições/OSCs
- 3 Controle físico via inventários periódicos
- 4 Controle de vigência dos ACTs
- 5 Análise da Procuradoria Federal (Parecer 002/2026)
- 6 Elaboração do Termo de Doação (modelo AGU)

2 · Material e Patrimônio (DA/DRL/MP)

- 1 Recebimento do Termo de Doação assinado
- 2 Verificação da publicação no DOU
- 3 Baixas patrimoniais no SIADS e Doações.gov.br
- 4 Cadastro de terceiros (CADTER) no SIADS
- 5 Avaliação e classificação dos bens ('A Doar')

Do acordo à entrega do bem

1

Elaboração dos ACTs

Elaboração dos Acordos de Cooperação Técnica com as instituições e organizações da sociedade civil (OSCs).



2

Entrega dos bens

Entrega dos bens objeto da emenda parlamentar às instituições e OSCs beneficiárias.



3

Controle físico

Controle físico dos bens móveis por meio de inventários físicos periódicos.

Controle e respaldo jurídico

4

Controle das vigências dos ACTs

Acompanhamento contínuo dos prazos de vigência de cada Acordo de Cooperação Técnica firmado.

5

Estudo e análise pela Procuradoria Federal

Análise do processo de doação instruído pela Procuradoria Federal, com base no Parecer Referencial 002/2026/CAJ FIN/PFE-DNOCS-SEDE/PGF/AG (doc. 2133271).

!

Observação importante: seguir rigorosamente o Parecer Referencial 002/2026/CAJ FIN/PFE-DNOCS-SEDE/PGF/AG (2133271).

Passo 6 · Termo de Doação de Bens Móveis

Elaborado conforme modelo da Advocacia-Geral da União (AGU)

6.1 ACT já possui cláusula de doação

Dar seguimento aos procedimentos de doação diretamente, conforme orientações do Parecer Referencial 002/2026/CAJ FIN/PFE-DNOCS-SEDE/PGF/AG (2133271).

6.2 ACT não possui cláusula de doação

Elaborar Termo Aditivo ao ACT, conforme o mesmo Parecer Jurídico Referencial 002/2026/CAJ FIN/PFE-DNOCS-SEDE/PGF/AG (2133271), antes de prosseguir com a doação.



Observação importante 1: seguir rigorosamente o Parecer Referencial 002/2026/CAJ FIN/PFE-DNOCS-SEDE/PGF/AG (2133271) em ambos os cenários.

Da assinatura do termo à baixa patrimonial

Base normativa aplicável

- Parecer Referencial 002/2026/CAJ FIN/PFE-DNOCS-SEDE/PGF/AG (2133271)
- Manual Técnico Operacional (SEI nº 1988339) — Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)
- Disposições do SIADS — Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
- Sistema Doações.gov.br

Observação importante 2: seguir rigorosamente o Parecer Referencial 002/2026 e a metodologia de desfazimento de bens móveis do Manual Técnico do MGI.

Recebimento e regularização do termo

6.1

Recebimento do Termo

Recebimento do Termo de Doação assinado pelos Coordenadores Estaduais e pelos representantes legais das OSCs.



6.2

Publicação no DOU

Verificação da publicação no Diário Oficial da União — o comprovante de publicação das doações deve constar dos autos.



6.3

Baixas patrimoniais

Procedimentos no SIADS e no Doações.gov.br para a baixa patrimonial (saída) dos bens doados.

Passo 6.4 · Operações no SIADS

6.4.1

Cadastro de terceiros — CADTER

Opção do SIADS destinada ao cadastro e à consulta das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) beneficiárias das doações.

6.4.2

Avaliação dos bens a serem baixados

- Preencher valor e observações do bem.
- Realizar a classificação do item como **Ocioso**.
- Ex.: Recuperável, Ocioso, Antieconômico, Irrecuperável.
- Para doações: utilizar o código de destinação "**A Doar**".

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Base legal do procedimento

Processo SEI nº 59400.003051/2025-90

Instrução do processo de doações de bens adquiridos por emenda parlamentar.

Parecer Referencial 002/2026/CAJ FIN/PFE-DNOCS-SEDE/PGF/AG (2133271)

Orientação jurídica que rege todo o fluxo — Coordenadorias Estaduais e Material e Patrimônio.

Manual Técnico Operacional (SEI nº 1988339)

Metodologia de desfazimento de bens móveis, elaborado pelo MGI.

SIADS e Doações.gov.br

Sistemas utilizados para o registro e a baixa patrimonial dos bens doados.